

que incorporava os grandes contingentes de trabalhadores, de origem extraparlamentar, intensamente organizado e articulado, com forte doutrina ideológica, e que estaria mais apto para as necessidades da democracia moderna. Com o Estado reformista, e a adoção de políticas de bem-estar social, as tensões de classe arrefeceram e com elas a polarização política. Assim, um novo modelo de partido surgiu, proposto por Kirchheimer (1966), identificando estratégias eleitoreiras, cada vez menos vinculada a ideologias, com demandas diluídas e apelos genéricos a vários grupos de interesse, pluriclassistas. O modelo identificado por Kirchheimer tinha potencial para abarcar as demandas diversificadas dos grupos minoritários sobre os quais incidem interseccionalidades, sem necessariamente incluir tais grupos entre os representantes. Talvez dessa percepção tenha se desenvolvido o modelo do partido cartel, proposto por Katz e Mair (1995), que tem em suas relações com o Estado a fonte de recursos necessários para sobrevivência da organização: garantia de acesso a meios de comunicação de massa; recursos humanos, assessores parlamentares e funcionários do partido, pagos com recursos públicos; legitimação perante a sociedade; incentivos seletivos para distribuir a seus membros e grupos sociais apoiadores. Nesse modelo, importa a permanência – o que implica menos acesso a outsiders de grupos desprivilegiados.

Citando Scarrow e Gezgor (2010), Amaral destaca que os filiados a partidos políticos:

“nunca foram um espelho da sociedade. Sempre estiveram acima da média na idade e nos níveis de renda e educação. Os membros sempre foram também, na sua maioria, homens e integrantes da classe média. Além disso, era comum estarem associados a sindicatos e grupos religiosos. Analisando dados recentes, os autores concluem que, com exceção da idade dos membros, que aumentou, o